

A ILUSTRAÇÃO INGLESA: UMA NOVA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA.

LUIZ CARLOS SOARES (ICHF/UFF)

Muitos historiadores, especializados na história cultural e intelectual do século XVIII, têm analisado a Ilustração como um movimento cultural, intelectual, filosófico e científico de dimensão continental européia, cujo epicentro indiscutível era a França.ⁱ Não resta a menor dúvida de que, a partir do reinado de Luiz XIV (1643-1715), a cultura francesa se tornou hegemônica em toda a Europa e isso contribuiu para que muitos letrados do século XVIII olhassem as novas idéias oriundas do meio intelectual francês, principalmente o parisiense, como modelos ou referências intelectuais que deveriam ser seguidos. Neste século, Paris tornou-se mais do que nunca a “Cidade Luz”, a “capital” da Europa culta, não apenas por fornecer os padrões de etiqueta e comportamento que as cortes européias continentais seguiam, como também pelo vigor e pela variedade das discussões travadas nos campos da filosofia, das ciências, das artes, da política, nos salões e cafés elegantes.

O mais interessante, nesta linha de interpretação histórica (desde o clássico livro de Ernst Cassirer), é que a Inglaterra foi esquecida como um país europeu que teria vivido a experiência cultural e intelectual da Ilustração: como se o movimento ilustrado não tivesse se manifestado na Inglaterra ou se circunscrevesse apenas a pequenos círculos bastante insignificantes que não eram suficientes para caracterizar um movimento de vulto.ⁱⁱ A exceção britânica seria a Escócia, cujas universidades de Glasgow e Edimburgo ou a Sociedade Filosófica da antiga capital escocesa (*Philosophical Society of Edinburgh*) foram importantes celeiros de idéias e autores conhecidos e discutidos em toda a Europa, sem entretanto alcançar a importância que teve a França no movimento ilustrado.

Outros autores, inclusive ingleses, até admitem a existência de um movimento ilustrado na Inglaterra, mas este teria se restringido a um campo bastante específico – aquele que justamente poderia explicar o avanço tecnológico deste país em relação aos demais países europeus –, que seria a disseminação do ideal da Ciência Aplicada ou da Tecnologia, consubstanciadas no desenvolvimento e utilização das máquinas industriais. Esta é a opinião do historiador Paul Langford, um dos mais importantes especialistas da história inglesa do século XVIII. Sem deixar ainda de manifestar uma certa dúvida com relação à existência de uma Ilustração inglesa, Langford afirma:

“Se existiu uma Ilustração Inglesa, ela se deu talvez neste sentido: uma ilustração da mentalidade prática. A fascinação de meados do século XVIII não se relacionava nem com polêmicas teológicas nem com especulações filosóficas, mas contrariamente com tecnologia aplicada”.ⁱⁱⁱ

Um outro grande especialista da história inglesa do século XVIII, John G. A. Pocock, embora defensor da tese da existência de um diversificado movimento ilustrado na Inglaterra, chega inclusive a utilizar o termo “buraco negro” para se referir aos poucos estudos sobre este movimento, existentes na própria Inglaterra. Isso indica a pouca importância que a historiografia de língua inglesa (além dos historiadores britânicos, aqui incluímos também os norte-americanos) estaria dando a um tema de grande relevância para o conhecimento da trajetória da Inglaterra e de toda a Grã-Bretanha.^{iv}

Nos anos 1970, entre as primeiras vozes dissonantes da opinião geral estavam as de Georges Gusdorf, George Rudé e Edward P. Thompson que procuraram enfatizar as características e a dinâmica próprias da Ilustração inglesa, indicando a necessidade de se romper com um modelo de interpretação histórica baseado numa excessiva valorização da Ilustração francesa. O estudo de Gusdorf corresponde a uma análise mais geral do movimento ilustrado no continente europeu, enquanto que o de Rudé insere a análise deste movimento num contexto bem mais amplo da história europeia no século XVIII. Mas, mesmo assim, estes dois historiadores apontam para a necessidade de ruptura com uma visão teleológica e anacrônica que procura analisar todo o século XVIII a partir do que ocorreu na Revolução Francesa de 1789, o que reforça a importância da indicação da particularidade que eles atribuem ao pensamento e às idéias da Ilustração no contexto social inglês.^v

Entretanto, a voz dissonante mais ouvida pelos historiadores britânicos foi a de Edward P. Thompson, que, no final dos anos 1970, já tinha se tornado uma importante referência para os adeptos da historiografia marxista que passava por um processo de renovação. Thompson, num debate mais geral acerca das “peculiaridades” intelectuais e culturais dos ingleses (travado sobretudo com textos de Perry Anderson), também defendeu a idéia de uma Ilustração ou Iluminismo que se desenvolveu amplamente na Inglaterra, mas com características bastante diferentes das que o movimento teve no continente, particularmente na França. Sobre as “peculiaridades” da Ilustração inglesa ou britânica e recorrendo à metáfora, este historiador inglês afirmava:

“Na França, as forças da ortodoxia e do iluminismo enfrentaram-se face a face. Porém a Grã-Bretanha assemelhou-se mais a um país debilmente ocupado onde, a cada vez que a ortodoxia repelisse um pequeno ataque frontal, ela própria se encontraria molestada nos flancos, na retaguarda ou até em seu meio. O iluminismo desenvolveu-se na Grã-Bretanha não como uma enchente arremetendo contra um dique a despedaçar-se, mas como uma corrente a escorrer em margens erodidas, planícies lamacentas e córregos de um estuário cujos declives estão prontos para recebê-la”.^{vi}

Entre os anos 1970 e 1990, uma outra voz dissonante, também bastante ouvida pelos historiadores britânicos, foi a da historiadora norte-americana Margaret C. Jacob, especializada na história inglesa e européia dos séculos XVII e XVIII. Esta historiadora não somente reconhece a especificidade da Ilustração inglesa, como também chega a designar o movimento ilustrado na Inglaterra como uma “Ilustração Newtoniana”, que estabeleceu relações diretas com a vida política, científica, cultural e religiosa daquele país, constituindo-se, juntamente com o ideário político-filosófico de John Locke, num dos pilares da visão de mundo Latitudinária dos Anglicanos Liberais (o Partido *Whig*). Esta “Ilustração Newtoniana” influenciaria boa parte da intelectualidade da Europa Ocidental, na primeira metade do século XVIII, estabelecendo as matrizes gerais do movimento ilustrado neste período. Por outro lado, devemos entender que a problemática da Ilustração na Inglaterra é abordada por Margaret C. Jacob a partir de seus estudos sobre a constituição e consolidação da Ciência Moderna e a relação desta com a emergência da sociedade industrial, o que faz esta autora enfatizar que “a ciência dos filósofos ingleses não aparece apenas como uma versão particular da Ilustração, mas também como o elo histórico entre a Revolução Científica em seu momento final, na fase inglesa, e as origens culturais da Revolução Industrial”.^{vii}

No âmbito específico da Inglaterra, segundo ainda Margaret C. Jacob, a Ilustração Newtoniana se caracterizou por estabelecer os “termos” de uma “Ilustração moderada”, que esteve na base de sustentação político-ideológica da hegemonia *Whig* e do estado Hanoveriano, por quase todo o século XVIII. Num primeiro momento, esta autora procurou explicitar, com bastante profundidade e originalidade, seu entendimento acerca do caráter moderado do movimento ilustrado na Inglaterra, diferenciando a atuação dos “filósofos ingleses” em relação à dos “filósofos” da França e dos demais países do continente:

“Diferentemente da sua contraparte continental, os filósofos da Ilustração inglesa, em geral, não tiveram que enfrentar elites entrincheiradas e poderosas, freqüentemente hostis à inovação ou à educação conduzidas fora da supervisão clerical. Os promotores ingleses da nova ciência puderam concentrar suas energias na promoção de uma versão do conhecimento científico vinculada à aplicação industrial, que suas audiências avidamente abraçavam. Todavia, isto não significa que estes promotores de melhoramentos, em certos momentos, pudessem não experimentar uma alienação da ordem existente comparável com aquela experimentada pelos filósofos continentais. No final do século [XVIII] e no âmbito de círculos seletos, os promotores ingleses do melhoramento científico voltaram o seu entusiasmo contra a ordem política e social estabelecida. O radicalismo destes círculos rivaliza-se em intensidade àquele encontrado no continente durante as revoluções do final dos anos 1780 e anos 1790”.^{viii}

Num segundo momento, Margaret C. Jacob explicitou, também com profundidade e originalidade, as razões do triunfo desta “Ilustração moderada” e a sua associação com a ordem *Whig* dominante:

“Na realidade, o elo entre a promoção da ciência Newtoniana e os interesses da oligarquia Whig não foi de nenhum modo accidental. Depois de 1714, a hierarquia latitudinária da Igreja Oficial, para horror do baixo clero, deu as suas bênçãos aos triunfantes Whigs. A ideologia científica de ordem e harmonia pregada nos púlpitos complementava a estabilidade política que, depois de 1689, eles procuraram dirigir tão confortavelmente. Na Royal Society, os seguidores de Newton, parcialmente como resultado de sua influência direta, estavam firmemente no controle da instituição e mantiveram os dissidentes *Tories* e anti-governistas fora dos postos de autoridade. Nos anos 1720, após a consumação da sucessão Hanoveriana (1714) – que assegurou a sobrevivência da Monarquia Protestante, do Partido Whig e da Igreja Oficial –, uma nova geração de Newtonianos se tornou proeminente e assentou muito bem os termos de uma Ilustração Moderada na Inglaterra”.^{ix}

Assim, seguindo os caminhos abertos principalmente por E. P. Thompson, Margaret C. Jacob e John G. A. Pocock, o historiador inglês Roy Porter, outro grande especialista em Inglaterra do século XVIII, procurou desenvolver, mais recentemente, um estudo específico sobre a Ilustração inglesa, no qual apresentou não apenas as particularidades do movimento em relação aos movimentos dos demais países da Europa continental, como também enfatizou a sua anterioridade em relação aos destes países, influenciando-os e servindo como modelo para o desenvolvimento de uma nova Ciência e Filosofia das Luzes no continente. No início dos anos 1980, Roy Porter publicou um artigo em que apresentava uma espécie de sinopse de um livro mais amplo e aprofundado que só seria publicado praticamente vinte anos depois, que tomaremos como base para nossos comentários e reflexões.^x

Neste livro, ao centrar a sua análise nas próprias características da Ilustração inglesa, Roy Porter fez uma crítica contundente e bem fundamentada à visão tradicional que (referenciada em Cassirer) nega a manifestação do movimento na Inglaterra e a existência de importantes pensadores no país, ou então com a perspectiva que coloca a França como o centro original do movimento ilustrado europeu. Porter chega a se espantar com uma coletânea recente com 34 artigos, organizada em 1996 pelo historiador James Schmidt, intitulada *What is Enlightenment? (O que é a Ilustração?)*, onde nenhum dos trabalhos apresentados procurou abordar a problemática da Ilustração na Inglaterra, não se esquecendo também de mencionar uma outra coletânea mais antiga, organizada em 1972 por Leonard M. Marsak, *The Enlightenment (A Ilustração)*, que referendava a centralidade da Ilustração francesa.^{xi}

Contra estas duas antigas tendências, Porter contra-argumenta (muito próximo de Margaret C. Jacob) que existiram filósofos de grande estatura nas terras britânicas e uma elite intelectual defensora de reformas sociais, que se associou ao *status quo* de liberdades civis e tolerância religiosa, instituído pelos *Whigs*, participando ativa e entusiasticamente do projeto de sociedade deste segmento político, que incluía diversas estratégias de “inclusão social” dos segmentos emergentes (sobretudo as “classes médias”), o que levaria à “harmonia” e à “estabilidade social”. Por

outro lado, segundo este autor, coloca-se a necessidade de uma reflexão sobre a anterioridade da emergência do movimento ilustrado na Inglaterra, pois foi nela que surgiram as diversas correntes de idéias responsáveis pelas matrizes da “criação do mundo moderno”.^{xii}

Além das particularidades da Ilustração inglesa, Roy Porter procurou enfatizar a inexistência em terras britânicas de um “projeto ilustrado monolítico”, em virtude do ambiente de idéias bastante pluralista que caracterizava o meio intelectual inglês e britânico. Os pensadores ilustrados ingleses, segundo Porter, eram homens de “mentes abertas”, que ‘adotavam o pluralismo’ e cujas opiniões eram “muito mais irônicas, ao invés de dogmáticas”. “A tolerância”, continua o autor, “era fundamental e os protagonistas podiam apertar as mãos em determinados assuntos, enquanto trocavam farpas em outros”. Esta vanguarda intelectual heterogênea, segundo Porter, não se constituía como “uma rede de rebeldes perseguidos ou autores de publicações clandestinas”, como na França, mas se parecia muito mais com a “mesclada clientela” que conversava “nos abarrotados e fumacentos cafés”, formada por “homens que compartilhavam amplas convicções e afinidades, mas diferenciando-se, e concordavam em se diferenciar, em questões caras aos seus corações”.^{xiii}

De acordo, com Porter, os pensadores ilustrados ingleses e britânicos não sofriam os mesmos dissabores que eram enfrentados pela *intelligentsia* ilustrada continental, pois

“Depois da Revolução Gloriosa de 1688, os textos legais incorporaram muito da lista de desejos dos ilustrados: liberdade da pessoa sob *habeas corpus*, o governo da lei, parlamento, tolerância religiosa, etc. Além disso, diferentemente de qualquer lugar, nem censura e espiões policiais, nem obsoletos protocolos eclesiásticos, impediram que os homens articulados e ambiciosos perseguissem seus objetivos; fossem estas suas experiências com o livre-pensamento e a liberdade de vida, o auto-enriquecimento ou a procura do prazer. Promover a racionalidade ilustrada não significou assaltar barricadas, pois as portas estavam escancaradas para quem quisesse entrar no sistema, dando alguma plausibilidade à conhecida máxima de Bacon: *faber suae quisque fortunatus* (“cada homem faz o seu próprio destino”). Somente no final do século XVIII, os novos homens da Ilustração começaram a se sentir radicalmente excluídos do *establishment* inglês”.^{xiv}

Ainda de acordo com Porter, o movimento ilustrado na Inglaterra e em toda a Grã-Bretanha não teve a pretensão de estabelecer profundos “avanços epistemológicos”, mas “ele foi primeiramente a expressão de novos valores morais e mentais, novos padrões de gosto, estilos de sociabilidade e visões da natureza humana”. Segundo este autor, tudo isso se “corporificou praticamente” com “a renovação urbana, o estabelecimento de hospitais, escolas, fábricas e prisões; a aceleração das comunicações, a expansão da imprensa, das vias comerciais e do comportamento consumidor; a venda de novas mercadorias e novos serviços culturais”. Todas estas ações e realizações tiveram um impacto imediato sobre a vida cotidiana da população inglesa e redefiniram os alicerces da sua sociedade, ao longo do século XVIII.^{xv}

Assim, segundo Porter, “a união do homem de letras ao homem do mundo” se constituiu numa das principais características da Ilustração inglesa e dos seus pensadores, em relação aos movimentos nos demais países europeus. E este autor complementa o seu raciocínio:

“Indubitavelmente, a Inglaterra não produziu nenhum Kant, mas esta não é a questão; não há qualquer razão para que a metafísica sistemática possa ser considerada como o apogeu da Ilustração. Pensadores como Locke abominavam *l'esprit de système* e varriam para longe as velhas teias de aranha da escolástica; o meio mais engenhoso de se tornar um tolo, gracejava Shaftesbury, era o de ser um vendedor de sistema, que tornava ridículo o teste da verdade. Os modernizadores ingleses não tinham estomago para indigestos alimentos escolásticos; eles não eram acadêmicos que viviam em torres de marfim, mas homens (e mulheres) de letras que se jogaram no mundo mercantil e cortejaram o público, (...) retirando a filosofia das nuvens, para fazê-la ‘habitar Clubes e Reuniões, Mesas-de-Chá e Cafés’. Vendendo a filosofia para os deleites da vida urbana, e unindo o homem de letras ao homem do mundo, os pensadores ingleses tornaram sua atividade palatável, prática e prazerosa”.^{xvi}

Não poderíamos deixar de indicar também a contribuição que uma historiadora brasileira, Maria Lúcia G. Pallares-Burke, deu ao debate sobre a Ilustração inglesa, ao estudar o periódico *The Spectator*, fundado em 1711 por Joseph Addison e Richard Steele, cujo objetivo maior era “trazer a filosofia para a praça pública”. Para esta autora, *The Spectator* (cuja primeira série circulou diariamente até 1714) além de se constituir num dos principais referenciais de divulgação da cultura ilustrada inglesa da primeira metade do século XVIII, tornou-se um modelo para a imprensa ilustrada de todo o continente europeu, o que, por sua vez, reforçaria a tese de que a Inglaterra foi a precursora do ideário da Época das Luzes.^{xvii}

Maria Lucia G. Pallares-Burke vai um pouco mais além e, dialogando com Gusdorf, Rudé e Porter (em seu artigo do início dos anos 1980), aponta a “necessidade de um estudo que não pecasse por analisar o século XVIII a partir da grande Revolução Francesa de 1789”, fugindo-se da tentação teleológica ou do “vício” de se “interpretar o que precedeu em virtude do que sucedeu”. Combatendo a historiografia galocêntrica” e enfatizando a existência de um “Iluminismo inglês” e a sua anterioridade em relação aos movimentos no continente europeu, esta autora afirma enfaticamente:

“(...) a visão galocêntrica que tem prevalecido considera que a tarefa do Iluminismo foi arrasar com o *Ancien Régime* e construir um mundo livre. Para tanto, os iluministas tinham que ser radicais e revolucionários em sua atuação. O quadro em que agiam era fundamentalmente marcado por tumultos e jamais pela serenidade. Assim sendo, como os pensadores ingleses não eram radicais e revolucionários e viviam num ambiente de relativa serenidade, inferiu-se muitas vezes que a Inglaterra não teve um verdadeiro Iluminismo. Ora, um estudo do século XVIII que parta do início e que evite uma visão anacrônica do período torna evidente que, na história das idéias iluministas, a Inglaterra exerceu um grande papel – o de ter vindo primeiro”.^{xviii}

Desse modo, tomando como base as reflexões de Roy Porter e as idéias de historiadores como E. P. Thompson, Margaret C. Jacob e Maria Lúcia G. Pallares-Burke – obviamente, numa perspectiva diferente da afirmação de Paul Langford ou das opiniões mais tradicionais –, gostaríamos de sustentar, neste trabalho, a idéia de que a Ilustração na Inglaterra significou muito mais do que a “fascinação” pela Tecnologia ou Ciência Aplicada de meados do século XVIII. Esta foi, sem nenhuma dúvida, um fator importante que se articulou às mudanças econômicas do país e à emergência, a partir dos anos 1780, da primeira potência industrial da história. Todavia, a hipótese que sustentaremos, aqui, entende inclusive que o fenômeno da Revolução Industrial não pode ser analisado sem o estabelecimento de uma relação íntima entre o processo de transformação econômica e os anseios de mudança política, intelectual e cultural surgidos nos meios ilustrados ingleses, formados sobretudo por aqueles setores das *middle classes* (classes médias), emergentes com o grande desenvolvimento econômico e comercial, mas ainda considerados *outsiders* (estranhos) em relação à ordem aristocrática vigente.^{xix}

Podemos até estabelecer um paralelo entre as Revoluções Francesa e Industrial, aliás já presente na interpretação hoje clássica de Eric J. Hobsbawm que as considera como integrantes de um processo de “dupla revolução” (*dual revolution*). Assim como podemos dizer que muitas das idéias e práticas que emergiram na França no século XVIII estiveram na base da eclosão da Revolução Francesa, o mesmo faríamos em relação às idéias e práticas surgidas na Inglaterra no mesmo período, que contribuíram para o início da Revolução Industrial. Em síntese, seguindo a perspectiva de Hobsbawm, estas duas revoluções correspondem aos marcos de implantação da sociedade capitalista industrial, fornecendo aquela primeira todo o quadro de referência política, jurídica e ideológica para a futura hegemonia burguesa-industrial, enquanto que esta última possibilitou a criação das bases econômicas e comerciais (como as práticas livre-cambistas) que sustentaram materialmente aquela hegemonia.^{xx}

Retornando à problemática da Ilustração na Inglaterra, gostaríamos de assinalar mais diretamente que este movimento foi amplo e abarcou diversos campos da vida cultural e intelectual, além de incluir perspectivas e anseios diversos de reforma social (econômica, política, religiosa e educacional), que, no final do século XVIII, chegaram a se constituir, inclusive, pela vertente de um pensamento mais radical, como veremos mais adiante. Por outro lado, tal como se tem procedido em relação à Ilustração na França e no continente europeu, é importante estabelecermos uma periodização para a Ilustração na Inglaterra, periodização esta que, embora levando em consideração as particularidades do movimento neste país, acompanha a periodização para todo o movimento continental consagrada pelos grandes especialistas no tema.

O historiador inglês Norman Hampson fala em três momentos do movimento ilustrado no continente europeu: um primeiro, entre 1715 e 1740, que coincide com um período de “estabilidade

política” e com o triunfo do “teísmo confiante de alguns escritores da época”; um segundo período, entre 1740 e 1763, que coincide com as diversas guerras travadas pelas potências européias e com “a crescente dúvida dos intelectuais”; e o terceiro e último período, entre 1763 e 1789, “concluído com a Revolução Francesa”.^{xxi} Entretanto, antes mesmo de Hampson, o historiador francês Paul Hazard, ao falar sobre a “crise da consciência européia” entre 1680 e 1715, já procurava estabelecer ali as origens do movimento ilustrado europeu, enfatizando claramente a sua herança em relação ao movimento da Revolução Científica e do Racionalismo, triunfantes a partir de meados do século XVII.^{xxii} Um outro historiador francês, também anterior a Hampson, Georges Lefebvre procurou estender a duração da Ilustração para além da Revolução Francesa, vendo nesta a culminação do movimento e a sua plena realização, sobretudo na França, com Napoleão Bonaparte.^{xxiii} Este prolongamento da Ilustração também é afirmado por historiadores mais contemporâneos que defendem a existência de uma “Ilustração Tardia” ou um “Iluminismo Tardio”, na virada do século XVIII para o XIX, o que de certo modo coincidiria com a Revolução Francesa e o período Napoleônico.^{xxiv}

Para o historiador brasileiro Francisco Falcon, o mais importante, nestes esforços periodizantes, não é o estabelecimento de uma rígida periodização e uma “exaustiva e sempre infinita cadeia dos chamados ‘precursores’ e dos pseudo-sucessores” do movimento. Segundo ele, deve-se ter “sempre em vista que o seu ‘período axial’ está situado um pouco antes e um pouco depois de 1750”, estando o movimento articulado, “em suas origens”, com “as conquistas da ‘Revolução Filosófica e Científica’ do século XVII” e com “a crise da consciência européia”, abrindo-se o seu final “no rumo de duas direções bem diversas mas ligadas entre si: a crise revolucionária e o sentimentalismo romântico”.^{xxv}

Levando em consideração as indicações de Francisco Falcon, gostaríamos de falar em dois grandes e distintos momentos da Ilustração inglesa, que correspondem mais ou menos às duas metades do século XVIII, em virtude das características diferenciadas dos grupos formuladores de ideais e de suas ênfases intelectuais. Não poderíamos deixar de assinalar que Roy Porter também trabalha com uma perspectiva de periodização para a Ilustração inglesa bastante semelhante, chegando a falar numa “primeira Ilustração” – ou “Ilustração inicial” – e numa “segunda Ilustração” – ou “Ilustração avançada”, correspondentes às duas metades do século XVIII.^{xxvi}

Em nossos próximos trabalhos, abordaremos estes dois períodos da Ilustração inglesa, com suas características específicas. No momento, pretendemos apenas chamar a atenção para a existência do movimento ilustrado em terras britânicas e a sua anterioridade em relação aos movimentos continentais.

ⁱ Sobre esta perspectiva., ver os trabalhos já clássicos de Norman HAMPSON – *The Enlightenment. An evaluation of its assumptions, attitudes and values*. Primeira edição de 1968. Londres, Penguin Books, 1990; Peter GAY – *The enlightenment: an interpretation*, Volume I (“The rise of modern paganism”) e Volume II (“The science of freedom”). Primeiras edições de 1967 e 1970 (respectivamente). Nova York – Londres, W. W. Norton & Co., 1995; e os mais atuais de Robert DARTON – “George Washington’s false teeth”, em *New York Review*. Nova York, 27 de Março de 1997; “In search of the enlightenment: recent attempts to create a social history of ideas”, em *Journal of Modern History*, XLIII, 1971, pp. 113-132; e *Boemia literária e revolução. O submundo das letras no Antigo Regime*. Primeira edição em inglês de 1982 (*The literary underground of the Old Regime*). São Paulo, Companhia das Letras, 1987; Ulrich Im HOF – *The Enlightenment*. Oxford/UK – Cambridge/USA, Blackwell Publishers, 1994; e Daniel ROCHE – *France in the enlightenment*. Cambridge (MA), Harvard University Press, 1998, p. 641.

ⁱⁱ Ver: Ernst CASSIRER – *The philosophy of the enlightenment*. Primeira edição em alemão de 1932. Princeton (NJ), Princeton University Press, 1951. Entre os historiadores mais atuais que, de alguma maneira, endossam a perspectiva inaugurada por CASSIRER, ver: Lester G. CROCKER – *An age of crisis: man and world in eighteenth-century France*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1959; *Nature and culture: ethical thought in the French Enlightenment*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1963; e “Introduction” em John W. Yolton, Roy PORTER, Pat ROGERS e Barbara M. STAFFORD (Orgs.) – *The Blackwell companion to the Enlightenment*. Oxford, Blackwell Publishers, 1991; e Henry Steele COMMAGER – *The empire of reason. How Europe imagined and America realized the Enlightenment*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1978

ⁱⁱⁱ Paul LANGFORD – “The eighteenth century (1688-1789)”, em Paul LANGFORD e Christopher HARVIE – *The 18th century and the age of industry*. The Oxford History of Britain. Oxford, Oxford University Press, 1992, p. 44.

^{iv} John G. A. POCOCK – “Clergy and Commerce: the conservative Enlightenment in England”, em L. G. CROCKER e Outros (Orgs.) – *L’età dei Lumi: studi storici sul settecento europeo in onore di Franco Venturi*, Volume II. Napoles, Jovene, 1985, p. 528. Ainda deste autor, sobre o tema da Ilustração, ver: “Post-puritan England and the problem of the Enlightenment”, em P. ZAGORIN (Org.) – *Culture and politics from puritanism to the Enlightenment*. Berkeley (CA), University of California Press, 1980, pp. 91-111; e *Virtue, commerce and history: essays on political thought and history, chiefly in the eighteenth century*. Cambridge (UK), Cambridge University Press, 1985.

^v Ver: Georges GUSDORF – *Les principes de la pensée au siècle des lumières*. Paris, Payot, 1971; e George RUDÉ – *Europe in the eighteenth century: aristocracy and bourgeois challenge*. Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1972.

^{vi} Edward P. THOMPSON – “As peculiaridades dos ingleses”, em Antônio Luigi NEGRO e Sérgio SILVA (Orgs.) – *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001, p. 120.

^{vii} Margaret C. JACOB – *The cultural meaning of the scientific revolution*. Nova York, McGraw-HILL, Inc., 1988, pp. 139-140; ver, sobretudo, o Capítulo IV – “Crisis and resolution: the Newtonian Enlightenment” (pp. 105-135) e o Capítulo V – “The cultural origins of the first Industrial Revolution” (pp. 136-178).

^{viii} JACOB – *The cultural meaning of the scientific revolution*. *Op. cit.*, p. 140.

^{ix} JACOB – *Scientific culture and the making of the industrial West*. *Op. cit.*, pp. 90-91.

^x Ver: Roy PORTER – “The Enlightenment in England”, em Roy PORTER e Mikulás TEICH (Orgs.) – *The Enlightenment in national context*. Cambridge (UK), Cambridge University Press, 1981; e *Enlightenment. Britain and the creation of the modern world*. Londres, Allen Lane, The Penguin Press, 2000.

^{xi} PORTER – *The Enlightenment ...*, *Op. cit.*, pp. 4 e 9.

^{xii} Idem, *ibidem*, pp. 10 e 18-19; sobre os objetivos principais da obra, ver especialmente “Introduction”, pp. XVII-XXIV.

^{xiii} Idem, *ibidem*, pp. XVIII e XXI.

^{xiv} Idem, *ibidem*, p. 14.

^{xv} Idem, *ibidem*, p. 14.

^{xvi} Idem, *ibidem*, p. 11. A citação utilizada pelo autor é de Joseph Addison, um dos fundadores do famoso periódico *The Spectator*.

^{xvii} Ver: Maria Lúcia G. PALLARES-BURKE – *The Spectator: o teatro das luzes. Diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1995, pp. 17-18. Neste livro, ver principalmente: “Expressão de um iluminismo” (Capítulo I) e “Uma novidade jornalística” (Capítulo III), pp. 27-48 e 93-138 (respectivamente).

^{xviii} Idem, *ibidem*, p. 28-29.

^{xix} As *middle classes* (classes médias) eram formadas por diversos grupos sociais com interesses e perspectivas distintas, entre os quais encontravam-se altos funcionários civis e militares, profissionais liberais (médicos, advogados, professores), religiosos (anglicanos ou dissidentes), pequenos e médios proprietários rurais, comerciantes, banqueiros e industriais. Eram assim denominados porque se distinguiam da “aristocracia” e da “classe trabalhadora” dos campos e das cidades inglesas. Ver: LANGFORD – “The progress of politeness” (Capítulo II), em *A polite and commercial people: England, 1727-1783*. Oxford – Nova York, Oxford University Press, 1992, pp. 59-121; PORTER – “Happiness” (Capítulo XI), “The pursuit of wealth” (Capítulo XVII), e “Reform” (Capítulo XVIII), em *Enlightenment ...*, *Op. cit.*, pp. 258-275, 383-396 e 397-423 (respectivamente); e Eric J. HOBSBAWM – “Conclusão: rumo a 1848” (Capítulo XVI), em *A era das revoluções: 1789-1848*. Primeira edição em inglês de 1962. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977, pp. 321-332; e “O mundo burguês” (Capítulo XIII), em *A era do capital: 1748-1775*. Primeira edição em inglês de 1975. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977, pp. 241-260.

^{xx} HOBSBAWM – *A era das revoluções ...*, *Op. cit.*, pp. 15-20.

^{xxi} HAMPSON – *The Enlightenment ...*, *Op. cit.*, p. 12.

^{xxii} Ver a obra clássica de Paul HAZARD – *La crise de la conscience européenne (1680-1715)*. Paris, Boivin & Cia., 1935.

^{xxiii} Georges LEFEBVRE – *Napoléon*. Paris, P.U.F., 1953, p. 69.

^{xxiv} Sobre o “Iluminismo Tardio” na França, ver: Sergio MORAVIA – *Il pensiero degli ideologues. Scienza e filosofia in Francia (1780-1815)*. Florença, La Nuova Itália, 1974; e *Il tramonto dell’illuminismo. Filosofia e política nella società francese (1770-1810)*. Roma-Bari, Laterza, 1986

^{xxv} Francisco José Calazans FALCON – *A época pomalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo, Editora Ática, 1982, pp. 102-103.

^{xxvi} PORTER – *Enlightenment ...*, *Op. cit.*, p. XVII.